



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 3042/2026

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte seis, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, de forma híbrida, através da plataforma virtual Zoom, e na sede da SMAMUS, sob a presidência de **Antônio Carlos Zago**, Presidente em exercício do CMDUA e representante titular do SINDUSCON, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Rogério Gustavo De Los Santos Ferreira (2º Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Ivan José da Silva (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Fernanda Brito da Silveira (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET**; Débora Carla Postingher (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Carlos Fernando Simões Filho (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**; e Eber Pires Marzulo (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Marcos Henrique Hahn Calvete (1º Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Fernando Campos Costa (Titular), **Amigas da Terra**; Sérgio Saffer (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Antônio Carlos Zago (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Maurício Fernandes (Titular), **OAB/RS**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Patrícia Bertotto (2ª Suplente), **SERGS**; Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), **Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA**; e Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP.**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

3; Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (Titular) e Milton Borges Bueno (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Antônio Bertaco (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Lirian Karine S. Nachtigall (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Eldir José Gazzola Antonini (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **HOCDUA - Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental.**

SECRETARIA EXECUTIVA:

Gabriela Brasil, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Atas;

4. Ordem do dia.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h012min.

1. ABERTURA

Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Boa noite, colegas conselheiros, vamos dar início a mais uma reunião do CMDUA. Sejam todos muito bem-vindos. Passo a palavra para a secretária Gabriela, por favor, para fazer a chamada e também abrimos as inscrições para o período de comunicações. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Obrigada, Presidente. Boa noite, conselheiros. Vamos, então, à chamada. Se por acaso nós não citarmos o nome de alguém presente, só nos avisar pelo chat. [Relação dos presentes na inicial]. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem, já recebemos as inscrições. Vamos ver quem fica inscrito. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Nós temos, na ordem, vou anotar aqui: Conselheiro Jorge, Conselheira Patrícia pela SMAMUS, o Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Jackson, Conselheiro Gomes, Conselheiro Eber. Deixa eu colocar na ordem de inscrições. Conselheiro Felisberto deu só boa noite, se inscreveu após o conselheiro Jackson. Conselheiro Felisberto



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

então, e uma questão de ordem do Conselheiro Gomes. Só vou ler aqui, Presidente, para ver se está tudo certinho, se mais alguém se inscreveu. Então, nós temos Conselheiro Jorge, Conselheira Patrícia, Conselheiro Jackson, Conselheiro Gomes, Conselheiro Eber e Conselheiro Felisberto. São 6 conselheiros para as comunicações e uma questão de ordem do Conselheiro Gomes. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Então, vamos abrir o microfone do conselheiro Gomes para a questão de ordem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. É uma questão de ordem muito importante, Presidente. Eu peço um minuto de alegria, porque hoje é aniversário do Jackão. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Opa! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Era isso, Presidente. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** De presente, eu não vou cantar parabéns, porque senão todo mundo vai acabar a sessão. Mas parabéns, Jackão! Uma alegria te ter como amigo, como nosso colega aqui do CMDUA. Você é muito importante aqui para nós. Eu conheço algumas pessoas que te conhecem, falam muito bem de ti e eu endosso as palavras. Deus te abençoe, que tenha muitos anos de vida felizes e realizações de sonhos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Assino embaixo, Presidente. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bom. Conselheiro Gomes, aproveitar que a gente está conversando contigo, eu tenho um relato hoje, então daqui a pouco mais vou precisar que tu assumas a presidência. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Agora na ordem, vamos para as comunicações com o Jorge Larre.

2. COMUNICAÇÕES

Jorge Larre Lopes (Titular), STICC: Então, boa noite. Parabéns, Jackão, pelo aniversário. Na nossa última reunião, semana passada não teve, o último processo, não se votou. Se relatou, não se votou e era 18 horas. Eu acho que a gente pode perder 2, 3 minutos e fazer uma votação para não deixar nada para trás. Se acontece algo de justiça, fica um processo votado, fica relatado sem votar. Seria essa a minha manifestação. Obrigado. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, conselheiro. Nós vamos tratar desse assunto logo em seguida. A Conselheira Patrícia pela

94 **SMAMUS. Patricia da Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS Sec. Mun. do Meio Amb.**
95 **Urbanismo e da Sust.:** Boa noite a todos. Jackão, parabéns pelo teu dia. Eu me manifestei
96 aqui para a questão da comunicação, que eu queria tratar justamente desse processo que o
97 Larre estava comentando. Tendo em vista a manifestação ali da ABES, eu solicitei retirada de
98 pauta e tomei algumas providências, daí eu gostaria de fazer uma leitura breve aqui das
99 minhas considerações. Então: “Cabe registrar que solicitei a retirada de pauta do processo em
100 atenção ao parecer de vistas apresentado pela representação da ABES, referente à proposta de
101 alteração de gravame urbanístico incidente sobre o imóvel da antiga Escola Estadual
102 Professor Ernesto Tochetto. Cumpre registrar inicialmente que a manifestação traz elementos
103 relevantes quanto à necessidade de compatibilização entre políticas públicas essenciais,
104 especialmente saúde, saneamento, gestão patrimonial e planejamento urbano. De fato, os
105 documentos mencionados no parecer indicam a existência de conflito locacional entre a
106 possível destinação da área para equipamento comunitário de saúde e o interesse técnico do
107 DMAE na implantação de infraestrutura de esgotamento sanitário, em especial uma estação
108 de bombeamento de esgotos vinculada ao sistema de esgotamento sanitário Navegantes.
109 Também consta a informação de que a Secretaria Municipal de Saúde teria identificado
110 alternativa locacional para o CERTA Mais, o que reforça a necessidade de reavaliação
111 integrada da matéria antes da deliberação definitiva. Contudo, é necessário afastar qualquer
112 interpretação que atribua à equipe técnica de planejamento urbano responsabilidade direta
113 pela fragmentação administrativa verificada entre os expedientes. A equipe técnica da
114 SMAMUS analisa os processos submetidos ao CMDUA com base nos elementos
115 formalmente constantes dos autos e não detém, atualmente, controle centralizado sobre todos
116 os processos SEI, cessão de uso, reservas patrimoniais, manifestações setoriais e expedientes
117 paralelos que tramitam em outros órgãos da administração municipal. Eventual insuficiência
118 de articulação entre processos administrativos correlatos deve ser compreendida como
119 questão de governança institucional e de fluxo informacional entre órgãos, e não como falha
120 da equipe técnica responsável pela análise urbanística. A crítica, se cabível, deve dirigir ao
121 aperfeiçoamento dos mecanismos de integração administrativa e não à atuação técnica de
122 servidores que trabalham com as informações formalmente disponibilizadas nos expedientes
123 encaminhados. Nesse sentido, o caso reforça a importância dos gravames do PDDUA,
124 instituídos por resolução deste conselho como ferramentas de planejamento urbano e de



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

gerenciamento das informações territoriais de interesse público. Tais instrumentos devem permitir maior clareza quanto às áreas necessárias à implantação de equipamentos, infraestruturas e projetos estratégicos para a cidade. Por essa razão, foi aberto o processo administrativo 26.0.000085546-3 com a finalidade de solicitar ao DMAE que revisem e informem todas as áreas de interesse vinculado aos seus projetos para que aquelas efetivamente necessárias possam ser avaliadas e, quando couber, formalizadas como gravame urbanístico mediante resolução do CMDUA. Essa providência busca evitar novas sobreposições, dar maior segurança às decisões do conselho e qualificar a gestão territorial da cidade. Também será dada a ciência à SMAP neste processo quanto à necessidade de aprimorar os fluxos dos processos que envolvam a gestão patrimonial, destinação de áreas públicas, deliberação deste conselho, de modo a fortalecer a articulação entre gestão patrimonial, planejamento urbano e evitar conflitos semelhantes futuros. Com isso, preserva-se a segurança da deliberação do CMDUA, reconhece-se a relevância da preocupação trazida pela ABES e, ao mesmo tempo, afasta-se a atribuição indevida de responsabilidade à equipe técnica de planejamento urbano por uma questão que decorre essencialmente da necessidade de aprimoramento da governança administrativa e territorial do município”. Era isso, obrigada. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem. Feitos esses esclarecimentos e as providências tomadas pela Conselheira Patrícia, eu acredito que foi uma boa ter tomado essas providências, assim nós vamos ter tempo para esclarecimentos a respeito desse processo. Passamos ao próximo inscrito. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro Jackson. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Presidente, eu li no chat aqui agora que o nosso colega Calvete está pedindo um aparte referente a esse assunto, então eu, se o Presidente concordar, eu passo primeiro que ele faça a manifestação dele e aí depois o senhor me chama, pode ser? **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Pode ser. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Ok, obrigado. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Com a palavra, então, Conselheiro Marcos Calvete. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º suplente), ABES/RS Assoc. Bras. de Eng. Sanit. e Amb.:** Bom, boa noite a todos. Jackão, parabéns, obrigado pelo aparte. Eu só quero registrar que eu vou entender como um elogio ao trabalho



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

que a gente fez o posicionamento e o passo atrás que a Conselheira Patrícia está trazendo aqui. Entendo que é um gesto de maturidade do conselho a capacidade de revisar equívocos e tenho certeza que nenhum conselheiro está livre de cometê-los, eu, inclusive, nos meus julgamentos. Mas a gente se debruça sobre os processos, faz um trabalho sério e em momento algum colocamos em questão que outras pessoas também façam um trabalho sério aqui. A questão nunca foi essa, mas a gente tem o dever ético e profissional, enquanto ABES, de estar atento a eventuais conflitos que a gente sabe que são naturais do processo de consolidação da cidade. Era só isso. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem. Passamos à próxima manifestação, Conselheiro Jackson. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Bom, boa noite a todos, a todas e a todos. Muito obrigado pelas manifestações de carinho, tanto no chat quanto nas falas. Desses 56 anos completados hoje, 10 junto a alguns colegas de conselho nesta casa. Uma das minhas manifestações era realmente com relação a esse processo que eu ia fazer um questionamento, mas eu acho que está muito bem encaminhado. Era isso. Parabéns aí, endosso as palavras do Calvete com relação ao trabalho sério que vem sendo feito tanto pelos técnicos quanto por a gente aqui enquanto conselheiros desta casa. Eu queria registrar também que eu acabei de assistir um post um pouco antes da nossa reunião, a respeito da nossa antiga casa lá na Borges de Medeiros, 2244, que o prefeito fez um vídeo de lá naquele momento, com relação agora à possível liberação de venda daquele prédio para se tornar moradias lá para o Barcelona no Humaitá e ideia essa que eu defendo veementemente. Ok, era isso. Bom trabalho a todos. Ah, Presidente Zago, se o senhor me permitir, às 19 horas eu preciso sair, não é para fazer festa, mas é que eu tenho um evento aqui na entidade agora às 19 horas, tá bom? **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Bem. Obrigado, Jackson. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas. Parabéns, Jackão. Só que eu acho assim, Presidente, eu acho que não deveria deixar o Jackão sair às 19 horas, só se for para um compromisso festivo e que nos convidasse, que é o mais importante ainda. [Risos]. Não vai ganhar jetom. Bom, Presidente, eu não estou surpreso, mas estou muito preocupado com a continuação da complementação da revisão do Plano Diretor por



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

essa, digamos, vontade absurda, agora dá para chamar sem medo porque eles assumiram, da bancada dos caranguejos. Até logotipo tem bonitinho, muito bonitinho, só que não é aquele caranguejo que a gente gosta, aquele bichinho. É o outro, esse é aquele que está no balde e puxa o progresso de Porto Alegre, e vão lá e puxa aqui, puxa ali, tal, como a gente bem conhece, ameaça dos perdedores de ir para o tapetão. Eu imagino, e tive a oportunidade de conviver com juízes, com desembargadores durante 8 anos, que era o meu sogro, a seriedade que eles têm não vai permitir que isso aconteça. Até porque o exercício da justiça é determinado, é uma obrigação. Não acredito que vão aceitar esse tipo de argumentação. Um processo extremamente discutido, passou por todas as instâncias previstas, discussão do poder legislativo, ampla discussão também na Câmara de Vereadores, votações públicas, tal, acesso a todo mundo para ir lá falar com seu vereador, tentar fazer alguma influência daqui ou dali, emendas votadas, emendas acertadas e aí vamos agora para o tapetão porque tem uma meia dúvida aí que não admite a derrota. E foi, na verdade, a revisão do Plano Diretor foi uma grande vitória da sociedade que foi lá discutir quantas reuniões nós fizemos, quantas pessoas nós envolvemos, e não envolvemos mais de repente por uma certa incapacidade nossa de mobilização e muito pelos entraves que tivemos no processo de bloqueia a discussão, ameaça que não vai sair audiência pública, lembram? Audiência pública, nós estávamos na véspera, se derrubou a liminar desse juiz que agora conseguiram de novo rediscutir aquilo, toda aquela coisa lá. Que democracia é essa que quando eu perco eu vou para a justiça? Qual é o tipo de democracia que nós estamos vivendo? Pelo amor de Deus! Então, eu realmente estou muito apreensivo. A sociedade produtiva da construção civil, que é super importante nesta sociedade e muito importante em Porto Alegre, precisa de uma segurança jurídica para nós planejarmos o futuro da cidade. Sim, que é onde a gente participa muito, construindo essa cidade. E esse plano contempla um aproveitamento muito melhor do solo porto-alegrense, da infraestrutura de Porto Alegre, e nós precisamos dele. Certo? Era o que constava, meu amigo. Obrigado.

Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Obrigado, Conselheiro Gomes. Também me preocupa muito a possibilidade de judicialização desse processo que foi, na minha visão, amplamente discutido e debatido. Até onde eu sei, todas as questões foram respondidas pela PGM e agora aguardamos os acontecimentos, mas vamos torcer que não haja maiores problemas. O Conselheiro Saffer tem uma questão de ordem, é isso? Deixa eu abrir aqui para ele. Questão de ordem, Conselheiro



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

218 Saffer. **Sergio Saffer (2º suplente), AREA Assoc. Riogdos . Escr. de Arq.:** Boa noite,
219 pessoal. Eu entrei no SEI ali, esse processo que a Patrícia falou, que é o anterior, e ali só tem a
220 questão do despacho que ele foi retirado de pauta. Esse documento que ela leu não tem que
221 estar no SEI? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro, a
222 Patrícia me informou agora o número e ela disse ali que eu vou disponibilizar, então amanhã
223 os senhores vão ter acesso. Eu não tinha, particularmente, ainda não tinha o número, ela
224 colocou no chat agora. Então, amanhã os senhores recebem. **Sergio Saffer (2º suplente),**
225 **AREA Assoc. Riogdos . Escr. de Arq.:** Está bom. Está ótimo. Era isso só. Obrigado.
226 **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
227 **SINDUSCON:** Obrigado. Próximo inscrito. **Gabriela Martins Brasil (Secretária**
228 **Executiva), SMAMUS:** Próximo inscrito é o Conselheiro Eber, da UFRGS. **Eber Pires**
229 **Marzulo (Titular), UFRGS Universidade Federal do RGS:** Boa noite, conselheiras,
230 conselheiros. Dada a minha posição aqui, eu terei que fazer uma breve colocação em relação à
231 fala do Conselheiro Gomes. Faz parte da estrutura do Estado Democrático de Direito a
232 existência de três poderes com funções distintas e com os direitos garantidos aos recursos a
233 partir da legislação. Independentemente da avaliação leiga sobre a correção ou não, isso se
234 trata de um direito estabelecido pelo funcionamento do Estado Democrático de Direito. É um
235 avanço, inclusive, do ponto de vista do liberalismo clássico que lá, nas palavras de Alexis de
236 Tocqueville, no final do século XVIII, estabeleceu uma preocupação imensa com o
237 absolutismo das maiorias. Então, faz parte do processo e está na instância que pode julgar, e
238 se trata, em algum nível, de uma dimensão política, entendido isso como relações de poder.
239 Acho que essas manifestações são de direito, todavia é importante prestar atenção no teor da
240 argumentação, que pode ser perigoso. Mas eu tinha me inscrito basicamente, presidente, para
241 solicitar o encaminhamento da discussão nesse conselho sobre a proposta aprovada na
242 Câmara de composição desse próprio conselho. Há duas reuniões atrás, eu li uma nota, essa
243 nota foi publicizada em alguns sites, órgãos e a primeira vez que eu trouxe a questão sob a sua
244 presidência, ficou estabelecido que se esperaria o retorno do presidente titular. O secretário,
245 todavia, já fez várias reuniões que não está, algum tempo atrás era um problema de férias. Eu
246 suponho que as férias não tenham todo esse período que ele não tem presidido as sessões.
247 Essa também é uma questão sobre a quantidade de presenças, até que ponto o regimento
248 incide sobre a presidência do conselho. Mas nesse momento, a minha questão a essa



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

presidência, que tem sido quem tem encaminhado os trabalhos nos últimos meses, não uma ou outra semana eventualmente, é de que pautasse a discussão sobre a composição do CMDUA, acho que é importante que esse conselho faça a discussão e tenha uma posição, se concorda ou não, a ser encaminhada eventualmente para as instâncias responsáveis pela aprovação, nesse momento agora, num estágio de sanção pelo prefeito. Era isso. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Fica registrado, então, obrigado pela sua colaboração. Eu só quero registrar o seguinte. Todo o processo da revisão do plano diretor, o novo plano, a lei de uso e ocupação do solo, foi pilotado, vamos chamar assim, pelo presidente do conselho, que é o Secretário Germano, e eu acho que ele com toda a equipe técnica, eu acho que é fundamental que ele esteja no momento do debate para defender posição ou responder a alguma questão. Por isso eu encaminho e reencaminho para quando o presidente estiver presidindo a reunião. As ausências do presidente, do secretário Germano, se dão por questão de agenda, em Porto Alegre como até mesmo fora de Porto Alegre, quando ele precisa viajar pela agenda. As férias dele, houve as férias, ele tirou, me parece que foram duas semanas, duas sessões que ele faltou, mas ele cumpriu agendas este ano na China, em Nova York e tem outras agendas programadas para fora. Eu acredito que esses assuntos devam ter sido encaminhados para o Germano, e eu acredito assim, vamos reforçar essa questão por ocasião quando ele estiver de volta aqui. Mas não está esquecido, viu? Acho importante, vamos fazer esse debate sim. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Desculpe, eu estava em trânsito, tem alguma atividade, vou ter que me ausentar às 19 horas. Mas eu não deixaria de me fazer apresentar aqui no conselho para tocar em alguns assuntos que a gente vem reiterando há vários anos aqui neste conselho, inclusive com tomadas de medidas judiciais nos órgãos competentes que têm a obrigação legal de fiscalizar os atos da administração pública. Então não se trata de perdedores ou ganhadores, se trata da legalidade dos atos na obediência de determinação judicial que muitas vezes foram descumpridas, estão sendo descumpridas, e a gente sabe de toda a estrutura que tem hoje em Porto Alegre como é que se dá a pressão sobre os poderes, então a gente não é inocente útil. Reivindicar uma atitude e o respeito à legalidade não tem nenhum problema, é obrigação de qualquer cidadão, e mais, o conselheiro eleito nesse conselho tem a obrigação de levantar as ilegalidades porventura ocorridas nesse



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

processo. E eu sou um dos conselheiros que levou ao Tribunal de Contas, junto com a Universidade Federal e com as Amigas da Terra, uma ponderação de que esse conselho deveria ter as suas atividades suspensas e acho que agora muito mais ainda porque foi prorrogado o mandato havendo uma decisão ainda que está tramitando no Tribunal de Contas, e tem uma ação popular sobre a legalidade que levou a prefeitura a fazer as eleições, há um questionamento na justiça estadual sobre a legalidade das eleições em grau de recurso para a instância superior, e não há nada de que é perdedores ou ganhadores, não se trata disso, se trata de obedecer a legalidade. Eventual maioria na Câmara de Vereadores, a gente sabe como ocorre a votação lá, a gente não é ingênuo. A gente não vai compactuar sobre ilegalidades da própria Câmara, e mais, tem uma nota, logo no início da instalação do Fórum de Entidades, nós protocolamos um pedido para que não fosse analisado o plano diretor e a lei de uso e ocupação do solo, que ainda tramita na casa e não tem resposta, então é importante a gente não querer dizer caranguejo, eu não tenho nenhum problema de ser chamado de caranguejo, e quero lamentar a atitude do prefeito que mente para a sociedade dizendo que aquele prédio da SMOI e da SPM não tem nenhum valor cultural, pode não ter para ele, mas para nós porto-alegrenses tem sim, valor histórico de construção de planejamento dessa cidade, de secretarias, de vários arquitetos, colegas e muitos que são aqui que trabalharam naquele prédio... **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Para concluir. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, só finalizando, me dá 30 segundos. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** O senhor já passou bastante do tempo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Só 30 segundos, eu vou finalizar. Então, eu acho assim, lamentavelmente o senhor é um autoritário. Eu me reservo de me inscrever numa outra hora, obrigado. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Não sou autoritário, eu sigo aquilo que o estatuto, aquilo que o regimento interno. O senhor pode, eu não vou lhe contestar, é a sua opinião e que não retrata a verdade. Eu acho que o senhor deveria ter consideração com os seus colegas e consideração também com o regimento interno. Isso aqui, o senhor está falando, acabou de falar a respeito de legalidade, no entanto o senhor não quer levar em consideração a legalidade, os termos de legalidade do conselho que é o regimento interno. Então, assim, os seus 3 minutos foram



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

concedidos, o senhor falou o que queria falar, agora então o senhor, por favor, se reserve para uma próxima ocasião. Próximo inscrito. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro Maurício. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Conselheiro Maurício. Eu quero só fazer um adendo. Normalmente, quando nós terminamos a chamada, nós encerramos o período de comunicação, como nós não havíamos encerrado na ocasião, esse período se prolongou. Não é de praxe fazer isso, por isso então foi concedido agora ao conselheiro Maurício para falar, mas agora está encerrado o período. **Maurício Fernandes (Titular), OAB/RS:** Eu quero registrar, me solidarizar com o Gomes aí na fala, porque o que acontece: a gente que representa, seja uma entidade, seja uma comunidade, a gente tem responsabilidade. Todo o poder, ele gera uma responsabilidade, isso é de praxe. Então, se existe o conselho, se existem as audiências públicas, se existem todas as instâncias e a gente participa, a gente está validando o resultado. Não gosta do resultado, "vou buscar a justiça porque eu estou buscando a legalidade". Os nazistas se defenderam porque estavam cumprindo a lei deles lá e fizeram a maior atrocidade do mundo depois do comunismo. Então, se foi dada a oportunidade e não quis participar, também não há legitimidade ética de questionar. Então, se respaldar num poder judiciário para isso é legal? É. Agora, em hipótese nenhuma eu posso acreditar que isso seja legítimo, seja pela oportunidade que foi dada e não foi exercida, seja pela oportunidade que foi dada e exercida, não sei qual é a postura mais forte. Mas então, só para alinhar com o Gomes aí, que eu concordo com o que ele colocou. A gente tem que ter maturidade democrática para falar em democracia. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Maurício. O Conselheiro Felisberto pediu uma questão de ordem. Um minuto, conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado, Presidente em exercício. A minha questão de ordem é que se oportunize ao CAU, ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que venha a esse conselho apresentar as suas razões. É importante que a gente faça esse debate transparente e as razões que levaram o CAU a entrar com a proposição da ação, e a mesma coisa o IAB com relação ao prédio da Borges, para que a gente estabeleça a verdade. Era essa a minha questão de ordem. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado. Eu acho que quem quiser ter esclarecimento com relação ao processo que o CAU moveu, tem



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que ir lá nos autos do processo e lá ele consegue ver a motivação que eles tiverem interesse. Mas eu não acho que seja questão para ser discutido aqui no âmbito do conselho. Uma questão de ordem do Arquiteto Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** No contraponto à questão de ordem do Felisberto, eu sou contra que chamem o CAU, que chame porque eles já estiveram no conselho, já defenderam, eu debati com eles, inclusive provei que aquele prédio é um prédio desfigurado. E eu estava lá na SMOV quando ele foi totalmente desfigurado, foi a troca das esquadrias que mudou completamente o que ele era como original. É outra coisa que tem lá hoje, mas aquela muralha que tem em volta, que também não é do projeto original. Ou seja, aquilo ali não tem nada de valor histórico, vão me desculpar. Querem achar coisa para fofocar, sem de fundamento, não aquilo ali, sou contra que traga esse pessoal para defender aqui no conselho. E eles perderam a eleição, é bom lembrar isso. Estava o conselho, estava o IAB aqui dentro. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Questão de ordem, o Conselheiro Jackão. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP 3:** Eu endosso as palavras do Gomes aí, porque o prédio foi modificado. Inclusive, que ano que foi isso quando aconteceu? Que gestão era? 1900 e quanto? 2000 e quanto? Mas, enfim, nós vamos ficar discutindo aqui uma coisa que não dá para ser resolvida agora. Eu reponho a minha primeira opinião, a minha primeira fala: esse prédio tem que ser vendido logo para poder dar moradia digna para quem está esperando há mais de 20 anos lá no Parque Humaitá. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Jackão. Conselheiro Carlos Simões, questão de ordem. **Carlos Fernando Simões Filho (1º Suplente), Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** A minha questão de ordem é que eu creio que a gente deva sempre buscar uma solução que não seja nem tanto para lá, nem tanto para cá. Eu trabalhei nesse prédio da SMOI em 1985 e o meu chefe no 6º andar foi o Pedro Bisch Neto, que hoje é o diretor da EPTC. Tenho ótimas lembranças daquele período, daquele prédio. E eu creio que o que deva, enquanto prefeitura, acontecer, e eu, como servidor público de carreira há 39 anos, é constar no memorial, como tem ali na Praça Montevideu, a história dos prefeitos que passaram pela nossa cidade, acho que também tem que ter o memorial desses nossos prédios que se vão, como aquela brisolete de madeira que foi a antiga Secretaria



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

do Meio Ambiente lá na rótula da Carlos Gomes com a Protásio, que eu também trabalhei ali em 1984. Era o Secretário Rafael dos Santos, o professor, e depois foi o Pedro Ruas, foi o secretário lá em 1985. Eu acho que esses prédios eles passam na nossa vida, na nossa cidade, e não tem ficado um registro. Talvez o que a gente pudesse reivindicar, enquanto CMDUA, é que esses prédios que se vão tenham imagens, tenham um memorial, os secretários, secretárias que passaram por ali, para que fique registrado, porque isso fez parte da nossa trajetória. Então, acho que isso deveria ser levado em consideração. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Achei uma ideia bastante interessante, independentemente de ideologias que passaram pelo poder, pelo governo, mas que ficou, de qualquer forma, faz uma visão de cidade. Acho que é isso. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Sim, Presidente, encerramos as comunicações. Só aquele esclarecimento sobre as atas, se o senhor quiser, eu posso falar.

3. ATAS

Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Por favor. Sobre as atas, a Gabriela vai nos dar o esclarecimento. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiros, como hoje os senhores acompanharam nos e-mails, nós estávamos com três atas para votação aqui na reunião de hoje. A última ata, que é a de 3041, a nossa taquígrafa tinha referido um problema. Ela acabou utilizando o áudio de forma errada e pediu a substituição. O Conselheiro Marcos Calvete também fez alguns apontamentos de correção de algumas palavras nas demais atas. Então, foi sugerido pela própria taquígrafa a retirada dessas atas de pauta para que se faça as devidas correções. Na sexta-feira, na convocação dos senhores, eu encaminho novamente para que a votação seja para a próxima semana. Era isso, Presidente. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem, então, com esse feito esclarecimento, não teremos votação das atas e nós vamos para a ordem do dia.

4. ORDEM DO DIA

Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS: Ordem do dia, 4.17. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** O 4.17 foi exatamente o processo que foi retirado de pauta. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Exatamente, para que conste em ata a cronologia.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Exato, e foram feitas as devidas explicações pela Conselheira Patrícia e que vai também ser anexado ao processo, é isso? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** E, quando do retorno, foi uma dúvida dos conselheiros também, os processos retirados de pauta e os de diligências, quando eles retornam, são concedidos novamente novos prazos. Então, os conselheiros recebem como um processo novo. Segue o e-mail do retorno de pauta, os prazos concedidos, sem nenhum tipo de prejuízo. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem. Próximo. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Processo próximo, Presidente, é o 4.18. É um processo de relatoria da OAB. Ele ainda não foi apresentado pela DPU, o relato foi recebido e está apto a apresentar ao conselho. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem, então vamos passar para a DPU para fazer a apresentação. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheira Patrícia é quem nos acompanha. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, o 4.18 é o processo 25.0.000089226-5. Ele trata de uma inclusão de gravame de equipamento comunitário, saúde e social, e alteração de gravame de área verde, praça e escola. A localização da alteração do gravame, deixa eu minimizar aqui um momentinho. A localização é na Região de Planejamento 7, no bairro Lomba do Pinheiro, localizado na Rua Coronel Jaime Rollemberg de Lima, número 92, bairro Lomba do Pinheiro, e o requerente é a Secretaria Municipal de Saúde. O processo, então, recebeu diversas tramitações. Eu vou passar diretamente ali para as justificativas que ela faz um resumo de toda a tramitação. Então, a minuta de resolução é uma proposta de inclusão de gravame de equipamento comunitário de saúde no PDDUA, no quarteirão formado pela Rua Coronel Jaime Rollemberg de Lima, sem saída, Avenida Bento Gonçalves e Rua Pedro Golombiewski, sem saída, na Macrozona 10, UEU 001, Bairro Lomba do Pinheiro, conforme os anexos 1 e 2 que eu vou mostrar na sequência. E, conseqüentemente, exclusão do gravame de área verde praça 10001, CTM 877019, no quarteirão formado pela Rua Coronel Jaime Rollemberg de Lima, sem saída, Avenida Bento Gonçalves e Rua Pedro Golombiewski, sem saída, na Macrozona 10, UEU 001, Bairro Lomba do Pinheiro. Inclusão de gravame de área verde praça e equipamentos comunitários social,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

Cras, no PDDUA, no quarteirão repetindo, já citei o mesmo falado anteriormente. E, consequentemente, alteração do gravame de escola nesse mesmo quarteirão. A presente resolução tem origem no processo 24.0.000063431-6, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a interdição total da Unidade de Saúde Mapa, considerando que a Unidade de Saúde Mapa é responsável pela prestação de serviços de saúde para um território com mais de 18000 usuários, conforme Censo Brasileiro IBGE 2010, considerando que a SMS possui na região apenas terrenos de pequeno porte, considerando que o atual terreno da Unidade de Saúde Mapa não possui condições construtivas para a unidade de saúde do porte necessário, considerando a existência da área demandada de aproximadamente 900 metros quadrados, situado na Rua Coronel Jaime Rollemberg, número 92, solicitamos a desafetação da Praça Mapa 1 para viabilizar a construção da nova Unidade de Saúde Mapa. Em contrapartida, disponibilizaremos o terreno da atual Unidade de Saúde, situado na Rua Coronel Jaime Rollemberg, para a instalação de nova praça, se esta considerada viável. Então, foi adequada aqui a posição 1, aqui vocês podem ver o gravame de escola, aqui e um gravame de praça, e essa transposição equipamento comunitário, aqui manutenção escolas, equipamento comunitário e ajustado para praça aqui. É isso. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Vamos passar a palavra, então, para o Conselheiro Maurício Fernandes, relator do processo pela OAB. Com a palavra, Conselheiro Maurício. **Maurício Fernandes (Titular), OAB/RS:** Patrícia, obrigado pela ajuda aí. Esse processo ele é muito simples. O que aconteceu? A Unidade de Saúde Mapa ali ela foi interditada, ela foi demolida ali na Lomba, no quarteirão 7, e para reconstruir tem que construir uma melhor, evidentemente. Então, tem três terrenos ali, dois praticamente contíguos, ou contíguos, e um na frente. O da frente é a praça. E esses outros dois do outro lado da rua, um era a unidade de saúde antiga, que foi demolida, e outro um CRAS. O que é que a prefeitura colocou? Um rearranjo ali, onde vai continuar a praça, vai continuar a unidade de saúde e vai continuar o CRAS. Só que a unidade de saúde foi para o outro lado da rua, onde era a praça, e a praça vai, ela tem equipamento lá, praça bonitinha, vai continuar existindo onde era a unidade de saúde e o Cras também vai ser ampliado. Então, é um processo muito simples, é mais uma questão formal que tem que ajustar. Então, obviamente, eu até dei parecer na primeira semana, que semana passada não teve a reunião, mas, obviamente, é de aprovar porque só está mudando ali o destino de três



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

imóveis públicos. Então, o meu pedido aí ao conselho é que a gente aprove isso agora. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Maurício. Nós abrimos agora o período de debates, e isso se não houver solicitação de vistas. Eu pergunto aos conselheiros se alguém pretende pedir vistas desse processo. E, não tendo havido manifestação de solicitação de vistas, nós vamos para o período de debates. Conselheiro Sérgio Saffer se inscreve para debates. Quem mais? Felisberto? Não, Felisberto só fez comentário. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Então, vamos passar a palavra para o Conselheiro Sérgio Saffer. **Sergio Saffer (2º suplente), Associação Rio-Grandense de Escritórios de Arquitetura – AREA:** É mais uma questão de esclarecimento de novo ali, se a Patrícia pode compartilhar de novo aquela imagem, a última, que mostra como era e como ficou. E aí eu quero só tirar uma dúvida aqui. Quer dizer, só para entender com o relator, essa questão, a praça não deixa de existir, na verdade, está diminuindo um pedaço ali da área só da escola, é isso? Só para esclarecimento. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Por favor, abre o microfone da Patrícia, de repente ela consegue nos esclarecer. Consegue esclarecer para nós? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, o que reduz aqui é esse gravame de escola e ele é redistribuído para a praça e equipamento comunitário. **Sergio Saffer (2º suplente), Associação Rio-Grandense de Escritórios de Arquitetura – AREA:** Sim, mas nesse local que está ali a pontinha hoje, o que é que é utilizado ali? Essa aí, só por curiosidade. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** É a escola. É gravame de escola. **Sergio Saffer (2º suplente), Associação Rio-Grandense de Escritórios de Arquitetura – AREA:** Tudo isso aqui é gravame de escola? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tudo isso aqui é gravame de escola e tudo isso aqui. **Sergio Saffer (2º suplente), Associação Rio-Grandense de Escritórios de Arquitetura – AREA:** Sim, mas hoje a escola já usa aquela ponta ali, é isso? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, já é da escola. Vocês podem ver a estrutura. **Sergio Saffer (2º suplente), Associação Rio-Grandense de**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Escritórios de Arquitetura – AREA: Tá, não, só para esclarecer se não estava tirando o lugar da escola. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, não é a parte da escola. **Maurício Fernandes (Titular), OAB/RS:** Zago? Se eu puder contribuir ali nessa imagem. O que está em verde na esquerda é a praça hoje. E o que está em verde na direita é onde vai ficar a praça. Então, a praça vai diminuir de tamanho. Tudo isso ali onde está o laranja e o verde um do lado do outro já são equipamentos, CRAS e a unidade de saúde. Essa unidade de saúde foi interditada e o prédio não existe mais, foi colocado abaixo. Então, é um rearranjo, por isso eu usei o termo rearranjo. Então, assim, vai mudar de tamanho a praça, vai diminuir um pouco, e vai ampliar o posto de saúde. Tudo em área pública que já era gravada. O que a gente está fazendo não é gravar ou desgravar uma área, é alterar o destino do gravame. Então, continua tudo área da prefeitura, só é um rearranjo que está sendo feito na distribuição dessas áreas. **Sergio Saffer (2º suplente), Associação Rio-Grandense de Escritórios de Arquitetura – AREA:** Perfeito, obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, então. Não tendo mais inscrição para debate, vamos, então, passar para a votação. Peço, por favor, Gabriela, faça a chamada para a colheita dos votos. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Então, vamos lá. Estamos votando o item 4.18, de relatoria da OAB. O relato é favorável e vamos lá. Está conosco pelo DEMHAB o Conselheiro Rogério. Conselheiro, como o senhor vota? **PERÍODO DE VOTAÇÃO:** **Rogério Gustavo de los Santos Ferreira (2º suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Voto favorável, Secretária. **Julia Lopes de Oliveira Freitas (1º suplente), Empresa Pública de de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite, favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite a todos. Voto favorável também. **Ivan Jose da Silva (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS:** Favorável. **Fernanda Brito da Silveira (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SMDET:** Boa noite a todos. Favorável. **Débora Carla Postingher (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Carlos Fernando Simões Filho (1º Suplente), Secretaria Municipal de Governo Local e Coordenação Política – SMGOV:** Favorável. **Eber Pires Marzulo (Titular), Universidade**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Vou me abster. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Fernando Campos Costa (Titular), Amigas da Terra:** Me abstenho. **Sérgio Saffer (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Paulo Bins Ely (Titular), CRECI:** Boa noite a todos. Acompanho o relator. **Patrícia Bertotto (2ª Suplente), SERGS:** Boa noite. Eu voto favorável. **Jorge Larre Lopes (Titular), STICC:** Favorável. **Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA:** Voto favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Me abstenho. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheira Vanessa, eu acho que não está mais conosco. Conselheiro Jackson, não sei se ainda está conosco. Está. Conselheiro Jackson, como vota? **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Eu acompanho o nosso nobre relator e voto favorável. **Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Milton Borges Bueno (2º suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Acompanho o relator, favorável. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro Gomes. Conselheira Lirian, pela Região 7? Não está mais conosco. Conselheiro Eldir, pela Região 8, como vota? **Eldir Jose Gazzola Antonini (2º suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), OP-HOCDUA:** Acompanho o relator, favorável. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Obrigada, conselheiro. Conselheira Lirian, perdão então, foi um erro meu. Então, deixa eu só buscar a senhora. Eu procurei pelo seu nome Lirian, está Karine, foi por isso. Então, por favor, Conselheira Lirian Karine, como vota pela 7? **Lirian Karine Schultz Nachtigall (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Me abstenho. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Está bem, conselheira. Abstenção registrada. Presidente, vou fazer a contabilidade dos votos. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Pois bem. Então, por 21 votos favoráveis e 04 abstenções, o relato está **APROVADO**. Próximo da pauta. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Então, Presidente, nós terminamos a pauta e retornamos



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

para o seu início. Dos processos 4.1 até o processo 4.11, nós estamos em diligência. Então, nós estamos no processo de número 4.12. Esse processo, ele é de relatoria do GP. A Conselheira Sônia nos acompanha. Ele foi relatado no dia 20 de maio, também já foi apresentado pela DEMHAB no dia 20 de maio. A RGP 3 fez pedido de vista, Conselheiro Jackson, e o parecer foi recebido. Não sei se o conselheiro ainda está aí conosco, ele comentou que ia sair, mas ele tem a vista para apresentar. Com a palavra, conselheiro.

Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3: Sim, estou por aqui ainda. Deixa eu só localizar aqui. Tu tem o relato à mão aí, Gabriela? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Eu tenho. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Por gentileza, consegue botar ele na tela que daí eu leio que fica mais fácil para localizar. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Consigo sim. Deixa eu só compartilhar. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Vamos lá. “Relato de vista da RGP 03, Norte-Eixo Baltazar. Processo 25.0.000008792-3. Interessado é EAC da SMAMUS. O endereço é a Passagem 12, Jardim Leopoldina, no trecho entre a Rua Vereador Terésio Meirelles e a Rua José Ernesto Neugebauer, no bairro Jardim Leopoldina. O assunto é um desgravame de passagem de pedestre. Em visita ao local em destaque, este conselheiro pôde constatar a situação fática ali instalada. Estas passagens de pedestre, popularmente conhecidas como passarelas, foram criadas em diversos loteamentos em Porto Alegre durante as décadas de 70 e 80. Embora a sua funcionalidade naquela época seja considerada como uma melhoria na circulação entre quadras, na prática, elas se tornaram grandes preocupações para os moradores, uma vez que: moradores sendo assaltados, já que as mesmas se tornam pequenos bretes entre uma quadra e outra; descarte irregular de lixo; e até desova de cadáveres em alguns casos. Em contato com a conselheira do Orçamento Participativo da região Eixo Baltazar, senhora Ana Maurmann, constatei exatamente o que citei acima. A mesma destacou que as queixas com relação a essas passagens são constantes na comunidade do Jardim Leopoldina. Sugiro, então, à PMPA, através da SMAP, que mapeie e provoque, de certa forma, o fim destas passarelas, oferecendo aos proprietários lindeiros a possibilidade de aquisição destas mesmas. Quanto ao trâmite legal do referido SEI, destaco que não existe óbice jurídico ao referido pleito, conforme o documento 34988596 da PGM. Segue aí, dona Gabi. Considerando que tal desgravame

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

possibilitará a regularização do lindeiro, que já adquiriu tal área, bem como trará mais segurança para os moradores da região, este conselheiro é favorável à presente proposta. Porto Alegre, 27 de maio de 2021”. Já assina Jackson, conselheiro titular da RGP 03. Então, essa é a minha manifestação de voto de vista favorável ao parecer da conselheira, minha “tocaia” aí, Sônia Castro. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito obrigado, Conselheiro Jackson. Eu pergunto se os conselheiros estão confortáveis em fazer o debate e depois a votação, ou querem que seja lembrado o processo? Manifestem-se no chat. Nenhuma manifestação. Então, vamos colocar o período de debate. Quem se inscreve para o debate? **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Presidente Zago, vou aproveitar que o meu microfone está aberto e vou pedir licença, meu voto é favorável, conforme registrado, como comuniquei no início da reunião, eu preciso me retirar para um evento promocional aqui da nossa entidade, tá ok? **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem. Obrigado, parabéns, felicidades e até a próxima semana. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Até! Um forte abraço para vocês todos colegas, um bom trabalho e uma boa noite. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Temos a inscrição do Conselheiro Éber, por enquanto. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Com a palavra, o Conselheiro Éber, para o debate deste processo. **Eber Pires Marzulo (Titular), UFRGS Universidade Federal do RGS:** Bom, primeiro eu gostaria de felicitar o relato do Conselheiro Jackson, porque ele traz elementos que em geral são aqueles que me faltam quando eu acabo optando por dar um voto de abstenção em alguns processos que, além da demanda em grande parte da própria do próprio governo, às vezes respondendo especificações anteriores do PDDUA, como no caso da votação anterior, mas a falta de uma avaliação da posição da própria comunidade em relação à demanda, necessidade do equipamento, da praça, da troca da escola por posto de saúde, enfim. Mas confesso que eu perdi aqui um pouco o *time*, Presidente, mas me falta um pouco de clareza a respeito deste tema sobre qual é o efeito em termos de deslocamento. Eu entendi que é uma estrutura urbana de mobilidade problemática peatonal, todavia problemática, mas no entanto não me ficou claro qual é a funcionalidade dela nos dias de hoje e se será eventualmente substituída por algum outro



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

621 equipamento, por um outro gravame de deslocamento peatonal. Então, assim, desculpa, perdi
622 o *time* de quando o senhor colocou sobre a necessidade de uma reapresentação do parecer,
623 mas eu gostaria de, eventualmente, da possibilidade de uma explicação de quem fez o
624 relatório de parecer a respeito de como fica o deslocamento. Enfim, se é um equipamento, às
625 vezes tem equipamentos que caem em desuso e acabam simplesmente produzindo problemas,
626 ou se há algum nível de uso em horários de maior movimento em que a questão da segurança
627 não se coloque e que será substituído ou haja uma perspectiva de substituição do equipamento
628 do ponto de vista da mobilidade peatonal na região. **Antonio Carlos Zago (Titular),**
629 **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado. A Conselheira
630 Patrícia está colocando no chat que é uma passagem de pedestres. Eu vou abrir o microfone
631 da Conselheira Patrícia, rapidinho pode dar alguma explicação. Pode ser, Patrícia, ou a
632 Conselheira Sônia, quem se manifesta? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
633 **de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho
634 que a Sônia pode, ela se apropriou mais, acho que ela pode se manifestar. Eu só que eu estava
635 olhando a apresentação ali e, enfim, é uma passagem de pedestres. **Sônia Maria dos Santos**
636 **Castro (Titular), GP Gabinete do Prefeito:** Eu acho assim, é uma passagem de pedestres,
637 mas essa é uma situação que já está formalizada há muitos anos, já foi alienada pelo
638 Município lá em 2009. Até estou confirmando aqui as datas. Foi feito reunião com a
639 comunidade para ouvir se poderia alienar ou não. Em 2013 teve um parecer favorável da
640 comissão de alienação de imóveis. Então, neste processo que eu cito ali no meu relato, que é o
641 processo que tramitou naquela época, ali eles citam tudo o que aconteceu passo a passo,
642 inclusive tem uma matrícula já em nome dessa pessoa que adquiriu o terreno lá em 2013, que
643 foi levada a registro agora mais recentemente. Mas sim, o Município já transferiu a
644 propriedade para essa pessoa que adquiriu, que casualmente ele é proprietário dos 4 terrenos
645 lindeiros a essa passagem. Então, realmente essa é uma situação que esse desgravame é
646 unicamente para oficializar a questão. E como esse requerente que adquiriu essa passagem e
647 já tem devidamente matriculada no registro de imóveis, entrou na Prefeitura solicitando um
648 fracionamento, ele quer fracionar essa área em 2 terrenos com frente para as duas ruas ali
649 existentes. Então, nesse fracionamento, quando a equipe de parcelamento foi analisar, ela
650 verificou sim, que já havia sido feita a alienação, mas que não havia sido feito o desgravame.
651 Então, para oficializar, entrou, por isso a solicitação é da própria Prefeitura, entrou para



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

regularizar e desgravar a área, já que ela já foi alienada há muitos anos atrás. Inclusive no próprio loteamento, neste processo, são citadas outras passagens que também estavam no rol para serem alienadas. Eu não sei se todas foram, talvez existe uma negociação de compra e venda nessa alienação, mas como nós estamos tratando unicamente dessa passagem, sim, ela foi vendida e está apenas nós vamos regularizar a situação para possibilitar o parcelamento ali desse terreno. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheira Sônia. Temos ainda a inscrição do Conselheiro Gomes para debate. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), RGP. 6 Região de Gestão de Planejamento Seis:** Eu tinha alguma dúvida da origem do conflito que existia ou se ele não existia. No caso não existe conflito nenhum, pelo contrário, está fazendo uma formalização final de um processo que é perfeito, alienação, todas as etapas. O que chama a atenção na cidade são essas passagens de pedestre. A grande parte que eu conheço em vários bairros, tipo Zona Sul, Assunção e outros lugares aqui, que é problemático, tanto que entra depois na lista dos corretores de imóveis: 'Olha, tenho uma casa para te vender e tem uma passagem lá que é só cercar'. E essas passagens, por serem de pedestre, estreita, são lugares de assalto. É lugar perigoso de se transitar. E teve um caso em Porto Alegre muito emblemático, na época quem era prefeito era o Tarso Genro, Vila Jardim. A Vila Jardim teve as suas áreas a Vila Jardim vinha com a concepção de cidade jardim, bairro jardim, que agora entrou na moda de novo a discussão aí em função do que o plano diretor vai acabar com a cidade jardim. A Vila Jardim tinha várias não só passagens, como terrenos de centro de quadra que foram devidamente todos invadidos ao longo dos tempos. E aí o na época do Tarso tentou fazer uma regularização daquilo ali para deixar, digamos assim, oficializar a ocupação que houve, que era concreta e tal, e foi feito o processo e tudo bem. E aconteceu uma surpresa fantástica. O pessoal mais antigo da Prefeitura, digamos assim, há mais tempo na Prefeitura, deve lembrar. O Judiciário mandou que a Prefeitura podia vender, mas tinha que dar o dinheiro para a família que foi desapropriada em algum ano da vida lá quando foi feito o loteamento, as famílias envolvidas. Imagina o caos jurídico que dá nisso. Tu vai procurar o bisneto, tataraneto de quem, se é que está vivo ainda, para fazer essa indenização para o familiar que foi desapropriado. Muito confuso. É isso aí. Obrigado. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Não tendo mais inscrição para debate, vou pedir, por favor, que a Secretária Gabriela faça a chamada para a coleta dos



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

votos. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Claro. Período de
votação, então. Estamos votando o item 4.12, de relatoria do GP. Então, Conselheiro Rogério,
do DEMHAB, como vota? De acordo com o voto favorável que estamos votando. **PERÍODO**
DE VOTAÇÃO: **Rogério Gustavo de los Santos Ferreira (2º suplente), DEMHAB**
Deprto. Municipal de Habitação: Favorável. **Julia Lopes de Oliveira Freitas (1º**
suplente), EPTC Emp. Pub. de Transp. E Circulação: Favorável. **Ivan Jose da Silva**
(Titular), METROPLAN Fund. Est. de Planej. Metrop. Reg.: Favorável. **Patricia da**
Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS Sec. Mun. do Meio Amb. Urbanismo e da
Sust.: Favorável. **Fernanda Brito da Silveira (Titular), SMDet Sec. Mun. de Des. Econ.**
e Turismo: Favorável. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
SMAMUS: Obrigada, Conselheira Fernanda. Se o Presidente me permite, nós fazemos
questão de pedir a fala dos senhores, porque fica registrada em ata. O chat, embora estejamos
acompanhando, não vai para a ata. Então, claro, eventualmente algum problema de som, os
conselheiros podem usar o chat, mas preferencialmente que seja falado, tá conselheiros?
Obrigada. Então, Conselheira Fernanda votou favorável. Conselheira Débora, pela secretaria
SMOI, como vota? **Débora Carla Postingher (Titular), SMOI-Sec. Mun. Obras e**
Infra: Favorável. **Carlos Fernando Simões Filho (1º Suplente), Secretaria Municipal de**
Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: Favorável. **Eber Pires**
Marzulo (Titular), UFRGS Universidade Federal do RGS: Me abstenho. **Marcos**
Henrique Hahn Calvete (1º suplente), ABES/RS – Assoc. Bras. de Eng. Sanit. e
Amb.: Abstenção. **Fernando Campos Costa (Titular), Amigas da Terra:** Contrário. **Sergio**
Saffer (2º suplente), AREA – Assoc. Riogdós . Escr. de Arq.: Favorável. **Paulo Bins Ely**
(Titular), CRECI: Favorável. **Patricia Bertotto (2º suplente), SERGS:** Voto favorável.
Jorge Larre Lopes (Titular), STICC: Favorável. **Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular),**
Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA: Favorável. **Gabriela**
Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS: Obrigada, conselheira. Conselheiro
Maurício, pela OAB, como vota? Não está mais conosco. Conselheiro Felisberto, pela Região
de Planejamento 1. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
Um – RGP. 1: Me abstenho. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
SMAMUS: Abstenção. Está ok. Conselheira Vanessa, não está mais conosco. Conselheiro
Jackson já registrou o seu voto antes de sair. Conselheiro Paulo Gadea, pela Região 4, como



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vota? **Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Acompanho o relator. **Milton Borges Bueno (2º suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Lirian Karine Schultz Nachtigall (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Contrário. **Eldir Jose Gazzola Antonini (2º suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), OP-HOCDUA:** Favorável, acompanho o relator. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Então, com 19 votos favoráveis, 03 abstenções e 02 votos contrários, o relato está **APROVADO**. O próximo processo de pauta é o processo de relatoria do SINDUSCON. E eu, como representante do SINDUSCON, hoje como Presidente interino, passo a presidência para o vice-Presidente, Arquiteto Gomes da RGP 6, para conduzir então este processo, a relatoria e votação deste processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, Presidente. Agora, secretária, dá a introdução do processo, por favor. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Com certeza, Presidente Gomes. Estamos, então, agora, conselheiros, no item 4.14. Ele se trata de um gravame de traçado viário. Ele foi distribuído, pela primeira vez, para a Região 5. Ele foi redistribuído, face à ausência de relato, para o SINDUSCON. O parecer foi recebido. E, Presidente, esse processo ele já foi apresentado pela DEMHAB, mas ele foi apresentado em 8 de abril. Eu não sei se o senhor quer uma reapresentação para depois passarmos ao relato do Conselheiro Zago. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que seria interessante uma reapresentação. Eu inclusive não me lembro de detalhes do processo. Acredito que os colegas demais aí também não lembrem. Pode ser? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Então, eu convido a nossa conselheira da SMAMUS, Patrícia, para que faça, então, uma apresentação novamente. **Patricia da Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS Sec. Mun. do Meio Amb. Urbanismo e da Sust.:** Vamos lá, então. Esse é o processo 22.0.000154646-9. Ele é uma solicitação de alteração de gravame de traçado viário localizado no bairro Jardim Sabará, Região de Planejamento 4. Essa inclusão de gravame está inserida no Conjunto Residencial Jardim Sabará. Ele passou pelas tramitações, eu não vou ler todos os processos, toda a situação, isso está no processo,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

passando aqui à minuta da resolução. É um gravame de traçado viário dos logradouros previstos no Conjunto Residencial Jardim Sabará com IMA, a saber: Coa Copa CTM 8677296 com 13 metros de largura; Acesso José Finkler CTM 8677221 com 10 metros de largura; Acesso Zeno Nóbrega Brito CTM 8677239 com 13 metros de largura; Acesso Toyama CTM 8677353 com 10 metros de largura; Passagem José Finkler, Zeno Nóbrega Brito CTM 867705 com largura média de 1,95; e a criação dos quarteirões 103, 105, 107 e 109 na macrozona 3, UEU 116, no bairro Jardim Sabará, conforme os anexos 1 e 2. A presente resolução é oriunda do processo SEI 22.0.000154646-9, que trata do requerimento da Unidade de Gestão do Patrimônio Imobiliário, DEGPAT/SMAP, para providências quanto ao gravame no PDDUA da área utilizada como passagem de pedestres e identificada como próprio municipal. Conforme a UGPI, o imóvel encontra-se parcialmente ocupado irregularmente pelos proprietários lindeiros, restando preservada uma faixa que tem função de passagem de pedestres. E que, em razão da identificação da irregularidade, o Município abriu o processo 20.0.000018804-3 para tratar da questão. Considerando tratar-se de área verde e observado o fato de não haver tal gravame no PDDUA, a UGPI encaminhou o processo para a SMAMUS para análise e manifestação quanto ao interesse no aproveitamento da área, o que ensejaria uma ação de reintegração de posse. A UPU/SMAMUS realizou pesquisa de origem e análise quanto à necessidade de manter pública a faixa utilizada como passagem de pedestres, constante no documento 13627030, e a manifestação foi homologada pelo titular da pasta, GS/SMAMUS, número 13763353. A área utilizada como passagem de pedestres está identificada no croqui 18732586. Considerando o exposto, a UGPI encaminhou o processo 22.0.000154646-9 para as providências quanto ao gravame no PDDUA da área utilizada como passagem de pedestres. E, paralelamente, visando a regularização das ocupações, tratou dos encaminhamentos para a alienação aos lindeiros por investidura das áreas irregularmente ocupadas. Para possibilitar o gravame da passagem de pedestres em questão, foi necessário proceder o gravame de todo o sistema viário do entorno oriundo do Conjunto Residencial Jardim Sabará com IMA. No fim, uma situação, uma pequena situação de uma passagem de pedestres acabou, então, possibilitando uma regularidade aqui de todos esses acessos aqui do conjunto, inclusão devida no plano diretor. É isso, obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito. Então, nós temos condição de fazer o relato, senhor relator? **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Sim, eu acho que é bem oportuna essa explicação, oportuno a Patrícia ter feito esses esclarecimentos. Eu não vou me ater às formalidades de todo a a descrição do processo, enfim. Eu só gostaria de que mostrasse essa primeira imagem que eu chamei de imagem 01. Um pouquinho mais, esse aqui é o contexto de um de um, como é que se chama, de um conjunto habitacional. E o conjunto habitacional a sua a sua mobilidade interna era dado por acessos e que não faziam parte da da da planta viária do município. Se precisar de alguma correção, depois a Patrícia me faz. Mas no momento em que se precisou regularizar essa passagem de pedestres, que se fez em cima de um próprio municipal, ou seja, existia um próprio municipal que foi tomado pelos seus lindeiros, invadiram essa parte numa faixa considerável, restando apenas uma faixa central de 1,95 m. Então, como eu disse antes, para fazer a regularização e tornar, então, essa passagem de pedestre algo público e fazer parte de toda a estrutura viária do plano diretor, gravado no plano diretor, precisou fazer com que todo esse contexto das passagens fosse regularizado como como como vias no plano diretor e criar os quarteirões etc. Então, surgiu a necessidade do gravame. Então, esse esse conjunto de acessos, então, passou a ser gravado conforme a os gabaritos existentes no nos locais. Agora vamos passar para outra imagem. Aí, então, a imagem que mostrava esse próprio municipal que tinha 15 m de largura por 51 m de comprimento. Como vamos passar o próximo? Como, então, esse próprio municipal ele foi ocupado por lindeiros, o próprio municipal invadiram essa parte numa faixa considerável, restando apenas uma faixa central de 1,95 m. Então, como eu disse antes, para fazer a regularização e tornar, então, essa passagem de pedestre algo público e fazer parte de toda a estrutura viária do plano diretor, gravado no plano diretor, precisou fazer todo o rearranjo. É bom lembrar que os conjuntos habitacionais de outrora, eles tinham essas características de não ter essas vias fazendo parte do do do contexto da malha viária municipal. E na medida eu conversei com a com a Carolina essa semana ainda sobre isso, na medida do possível vão ser revistos não só esse, mas outros tantos, na medida de que for surgindo alguma demanda. Então ficou assim registrado, os essas esses lindeiros que ocuparam parte desse próprio municipal, eles vão vão passar, então, ter o direito de adquirir estas áreas, não vai ficar de graça. Vão ter o direito de adquirir essas essas essas áreas e manter essa faixa de 1,95 m. Então basicamente seria esse o resumo. E o meu relato, então, por fim: “Tendo em vista solucionar demandas de acessibilidade a esse sítio urbano, levando em consideração que a



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

proposta apresentada apresentada nessa resolução contempla essas necessidades de melhorias, manifesto-me favoravelmente à aprovação deste processo”. Este é o relato, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro Zago. Meus conselheiros, temos algum pedido de vista? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Presidente, por enquanto, nós temos apenas um pedido para debates, mas pedido de vista ainda não. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Certo. Então, o primeiro que está escrito é o Felisberto. Dois minutos. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado. Não, eu tenho uma preocupação, queria saber quantas famílias estão nessa que ocuparam. Quantas famílias estão ali nessa área? E como se dará a regularização dessas moradias, porque elas já devem ter um... Eu não conheço, não tive no local para observar, mas gostaria de saber se tem moradias, qual é o tempo dela, porque há casos que teria até direito a usucapião, dependendo do tamanho do terreno. Há também um processo de regularização fundiária. Eu não sei as condições dessas famílias ou dessas pessoas que ocuparam. Então eu queria entender quantas famílias são, porque é uma área que não é pequena. São 15 por 51. Então não é uma área pequena. Então deve ter algum volume de pessoas morando nessa área. Então é isso. Apenas isso, obrigado, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pois é. Obrigado, conselheiro. Conselheira Patrícia ou Conselheiro Zago poderiam se manifestar? Tem mais alguma inscrição? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Nós temos da própria Conselheira Patrícia, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pronto, vamos ver se na fala da Patrícia se ela responde, se tem as informações. Por favor. **Patricia da Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS Sec. Mun. do Meio Amb. Urbanismo e da Sust.:** Eu não sei responder exatamente quanto à questão das famílias. Mas pelo que eu entendi, a passagem tá considerando a manutenção dessas pessoas que estão aí, ficando com a área remanescente. E eu achei esse processo uma bela oportunidade de fazer o cadastramento desses logradouros, porque acaba tendo uma implicação maior para as outras famílias ali de todo o entorno que acabam tendo frente para o logradouro público cadastrado. A gente que faz licenciamento assim às vezes existe uma dificuldade de fazer nesses conjuntos, e esse cadastramento acaba facilitando a vida dessas



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

838 pessoas no geral. Então, acaba gerando um impacto positivo maior. **Luiz Antônio Marques**
839 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É a condição, Patrícia,
840 para fazer o cadastramento para incluir o cidadão na sua cidade para ter seu CEP, para ter sua
841 correspondência chegando em casa, tudo direitinho e tal. Alguma observação, Conselheiro
842 Zago? **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
843 **SINDUSCON:** Sim, não vai haver remoção de nenhuma família, até onde consta. Na
844 verdade, essas famílias, elas vão poder adquirir esta área que hoje está invadida. Então, elas
845 vão poder adquirir e vai ser oficializado, então, o endereço de todas essas pessoas. Isso aí era
846 uma regularização bastante extensa que pega todo o residencial Jardim Sabará. E, como disse
847 anteriormente, se é tão importante que eu acredito que em outros conjuntos habitacionais
848 também, à medida do possível, deverá ser feito. É uma questão assim de trazer essas pessoas,
849 de ter endereço para essas pessoas, trazer essas pessoas para uma situação de regularidade.
850 Acho que era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
851 **Planejamento Seis – RGP. 6:** A Patrícia até fez uma observação sobre isso, a necessidade de
852 regularizar isso, de mapear, de promover esse tipo de regularidade. Calvete, ABES? Calvete
853 da ABES se inscreveu. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Nós
854 temos, Presidente, o Conselheiro Felisberto, acho que ele quer uma nova inscrição, e depois o
855 Conselheiro Calvete. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
856 **Planejamento Um – RGP. 1:** Então, libera para o Felisberto, e o Calvete fala depois do
857 Felisberto, não tem problema. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**
858 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Se é o desejo do conselheiro. **Marcos Henrique Hahn**
859 **Calvete (1º suplente), ABES/RS – Assoc. Bras. de Eng. Sanit. e Amb.:** Eu queria fazer uma
860 breve ressalva. É que muitas vezes a gente analisa apenas o que está à vista dos olhos. E essas
861 áreas, esses gravames, essas servidões, enfim, esses logradouros estreitos assim, muitas vezes
862 eles escondem estruturas de saneamento embaixo. E a gente tem que na análise ter a
863 segurança de que não vai estar colocando, disponibilizando como área privada, uma estrutura
864 que pode demandar manutenção de redes de água, esgoto, redes pluviais etc. Então, era só
865 essa ressalva. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
866 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. Abrimos para o Felisberto. **Felisberto**
867 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado,
868 Gomes. Não, eu fiquei preocupado porque exatamente é uma área que tem famílias em cima.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

869 E a gente não sabe quantas estão já cadastradas, ou que tem ligação de água e luz, de repente a
870 gente não sabe disso, não tem uma análise técnica. Então, eu queria falar com o conselheiro
871 relator e o representante da região onde está inserida essa demanda, se não é o caso da gente
872 levar para diligência. Então, queria colocar aí, eu não tenho esse poder de pedir diligência, só
873 em caso de vistas. Então, eu gostaria que a gente pudesse refletir sobre isso. Se não for
874 atendida, eu pedirei vista, tá? Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
875 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Beleza, vejo a inscrição do Conselheiro Emerson
876 do OP, e depois do Sérgio. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), OP-HOCDDUA:** Boa
877 noite, conselheiros, conselheiras. Eu vejo assim, independente do número de famílias, é um
878 gravame que vai se dar ali naquele espaço. Pode ser que saia amanhã, pode ser que saia daqui
879 a 50 anos, mas está gravado. Isso é importante de dizer. Eu acompanhei um processo que está
880 em diligência, próximo ao aeroporto, e fui lá e visualizei um número grande de famílias que
881 vão ser atingidas pelo traçado. Então a gente tem que ter bastante cuidado. Eu na condição de
882 relator, se fosse relator desse processo, pediria uma diligência para ver essa situação de como
883 vai se portar esse processo futuro aí com essas famílias, até para dar uma garantia pra gente
884 não ficar com aquela imagem assim: 'O conselheiro foi lá e aprovou um gravame em cima da
885 nossa área, nos prejudicou'. Então, a gente tem que ter bastante cuidado. Mesmo sendo
886 consolidado, existente há muitos anos, então tem que levar para esse termo aí também. A
887 gente entende que é a necessidade da regularização fundiária na cidade, a cidade tem que tá
888 legalizada. E mas também tem que ter essas observações. Eu também gostaria que tivesse
889 uma diligência aí para entender melhor essa situação dessas famílias, se elas realmente têm
890 um processo futuro para um REURB, uma negociação ou uma legislação que vai atender a
891 regularização dessas famílias. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região**
892 **de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. Vamos ouvir o
893 Conselheiro Sérgio. **Sergio Saffer (2º suplente), AREA – Assoc. Riogdosa. Escr. de**
894 **Arq.:** Pelo que eu estou entendendo, eu até vou esclarecer depois a Patrícia ou o Zago
895 poderem esclarecer ali, mas é o seguinte: as ruas do entorno, aquelas já existem, só não
896 estavam cadastradas os nomes. Então, não tem nada a se fazer, só tá se cadastrando rua, com
897 isso as pessoas têm endereço, CEP, poder ter as suas residências por logradouros. O outro é o
898 gravame dessa passagem que está se diminuindo. Aí eu pergunto, como por exemplo Calvete
899 colocou o assunto, se existe, e é fácil, dá para se olhar isso na DMWeb também, alguma



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

tubulação passando ali. Se caso existir, geralmente não deve existir, acredito que o Município deve ter feito essa verificação, mas quando existe, existe uma área não edificável que não pode ter edificação. Mas acredito que eles devem ter feito essa verificação. Enquanto isso, se alguém quiser olhar na DMWeb, uma coisa assim deve ser. Então, eu não vejo, e essa passagem, olhando nas imagens, são duas casas de um lado e duas casas do outro lado, então são quatro famílias que tão invadindo essa passagem, dá para se ver, eu baixei a minuta ali no SEI, está bem claro, porque tem número para frente e número para o outro lado, então são, aparece, são quatro lotes, dois de cada lado. É isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** E uma observação, Sérgio, também que é importante, no geral, se tu tem famílias que estão consagradas em locais, se não tem uma canalização de esgoto ou água que a Prefeitura faça, então as pessoas consagradas lá, já estamos fazendo a regularidade deles, a legalização deles. **Sergio Saffer (2º suplente), AREA – Assoc. Riogdos . Escr. de Arq.:** Sim, sim, mas é que a minha explicação foi, Gomes, é sobre o próprio terreno que tá se fazendo o gravame, é isso que eu quis dizer, tá entendendo? Que foi a preocupação do colega Calvete ali. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Deixa eu ver uma coisa, eu não entendi direito. Patrícia, tu quer se manifestar novamente? **Patricia da Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS Sec. Mun. do Meio Amb. Urbanismo e da Sust.:** Não, assim, a Sônia pode me corrigir se eu tiver errada. Mas assim: conjunto residencial é uma que seria uma modalidade de parcelamento do solo muito antigo. Ele é anterior ao que se tem o plano diretor. Então, ele nesse nesse parcelamento, as áreas são públicas, elas são então existem os acessos, é como se fossem as ruas. As áreas públicas, elas são consolidadas, mas elas não passaram efetivamente, como elas como ela não tem uma modalidade que a gente tem hoje de parcelamento do solo que a gente conhece hoje, eles eram como se fossem condomínios com essas áreas públicas. Dessa forma, elas não foram instituídas como gravames. De fato, elas cumprem essa função. O fato delas não estarem cadastradas geram alguns problemas que a gente tentou solucionar, por exemplo, questão de atividades econômicas, por exemplo, botar um um, sei lá, um mercadinho, coisinha, existe uma certas dificuldades que a gente buscou contornar ao longo do tempo. Mas a melhor situação para esse tipo de conjunto é tornar ele, vamos dizer, mais compatível com a realidade que nós temos hoje, que daí seria cadastrar esses acessos que eram públicos de fato, mas a gente coloca então de direito, consolidando,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

então, o que essa resolução tá fazendo, ela tá considerando uma situação fática que existe lá no local, tanto em relação à área pública que tá consolidada quanto a considerando as ocupações que aconteceu ali, ou seja, eles não tão tirando ninguém dali, eles estão pegando a área remanescente daquela área pública que foi ocupada e regularizando a situação que hoje está pública de fato. Só queria tentar esclarecer isso, não sei se a Sônia pode esclarecer melhor. **Sônia Maria dos Santos Castro (Titular), GP Gabinete do Prefeito:** Não, eu só queria então complementando, nessa, na verdade, esse gravame que tá sendo proposto aqui, ele não está ampliando o gravame como usualmente a gente costuma ver, 'existe um beco, a gente vai cadastrar e vai ampliar para 12,50 m largura', aí o gravame ampliou a largura que aquele beco na verdade tinha 8 m. Então, a gente sempre comenta aqui, vejo os senhores comentando que vão atingir as casas, esse gravame vai atingir as casas. Nesse caso é diferente, ali já existia um acesso maior, com maior largura, que era, que pertencia ao antigo conjunto residencial, e com o uso ele passou a ter uma finalidade pública. Que na origem eles eram privados, as áreas dos conjuntos residenciais, as áreas são privadas, na origem. Depois ao longo dos anos, com a própria lei dos conjuntos não existe mais, ela foi tendo que se ajustar, conforme a Patrícia disse, as questões e sendo considerada como se o loteamento fosse. Então, algumas áreas que eram condominiais do conjunto passaram a ser praças, passaram a ser ruas, até para facilitar a localização de endereço das pessoas. Então, neste caso específico, o que está sendo feito é justamente isso, é considerar a ocupação que ocorreu sobre este acesso, e só ficou liberado 1,95 m, se não me engano. Então, esse 1,95 m é o que vai dar a frente para essas pessoas que ocuparam irregularmente. Nós não estamos ampliando um gravame, nós estamos reduzindo um gravame, e reconhecendo a ocupação que existe hoje lá, de fato. Não sei se consegui ser clara. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, assim, vamos entender assim, esse gravame está sendo feito em cima de um próprio municipal, de uma matrícula, e foi ao longo do tempo invadido. E aí restou só isso, só essa faixa de 1,95 para regularizar. As famílias que estão ali, elas não vão ser expulsas, não, elas vão ter, no sistema, eu desconheço de que forma, mas elas vão comprar, vão adquirir esse lote, vão ter a propriedade, título de propriedade dessas áreas que eles hoje considera-se invadidas. É isso, né, Sônia? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** E vão ter direito à regularização, vai ter acesso, o cadastro no acesso que é uma condição e é



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

condição necessária. **Sônia Maria dos Santos Castro (Titular), GP Gabinete do**
Prefeito: Exatamente, é bem isso. Eu acho que é um benefício para regularizar a situação
dessas famílias. Elas vão passar a ter uma frente, tanto para as outras duas principais, que dão
acesso a as que têm frente para aquelas duas outros acessos principais, quanto para, eu não sei
a ocupação que tem ali, mas algumas talvez tenham frente só para esse bequinho de 1,95.
Então, essas vão poder ter essa frente, ter esse endereço, vai haver uma regularização dessa
situação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
Seis – RGP. 6: Poderá ser regularizado, tranquilo. **Sônia Maria dos Santos Castro**
(Titular), GP Gabinete do Prefeito: Exatamente. **Antônio Carlos Zago (Titular),**
Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Eu acho que com isso,
Presidente, ficou esclarecido, não sei, acho que não resta dúvida. **Luiz Antônio Marques**
Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Eu acredito que sim,
que está esclarecido, se o conjunto dos conselheiros, acho que podemos colocar em votação,
não existindo solicitação de vista. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
SMAMUS: O Conselheiro Calvete acabou de escrever no chat. Eu posso considerar um
pedido de vista, conselheiro Calvete? Só não ficou claro se é sim um pedido de vista. **Luiz**
Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:
Não, ele está pedindo vista, sim. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
SMAMUS: Então, está bem! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**
de Planejamento Seis – RGP. 6: Pode comentar, Conselheiro Calvete. Libera o microfone
para ele, por favor. Um minuto. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º suplente), ABES/RS –**
Assoc. Bras. de Eng. Sanit. e Amb.: Não, é o seguinte: toda vez que uma estrutura de
saneamento precisa de manutenção, e isso é recorrente, isso é fortuito, é intrínseco à natureza
das estruturas de saneamento, é necessário acesso. Quando essa estrutura, eu entendi que a
gente tá falando, trata-se de legalizar uma situação que está consolidada ali, isso aí está claro.
Agora, como é que fica do ponto de vista legal se a gente tem uma rede de drenagem que deve
ser mantida pelo poder público e que a gente admitiu a legalização da posse dessas pessoas
sobre uma área que precisará ser... Eu preciso ter clareza sobre isso. Eu posso abrir mão até do
pedido de vista, mas eu gostaria de que alguém prestasse esse esclarecimento, entendem? Essa
é a questão que se coloca para mim, porque há uma rede de drenagem ali, pelo menos eu não
tive tempo de analisar exatamente a área, mas agora isso é necessário e aí talvez a Patrícia



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

saiba me dizer, alguém talvez de alguma outra secretaria tenha. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A DM de um terreno na proximidade vai esclarecer esse fato, tanto para ir para o local. Isso é muito simples de se verificar. **Patricia da Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS Sec. Mun. do Meio Amb. Urbanismo e da Sust.:** A questão ali é a seguinte: hoje nós temos uma situação sem gravame e talvez pela falta do gravame que acabou se gerando esse tipo de situação. O que o poder público ali quis foi consolidar, minimamente um acesso ali. Então, enfim, um acesso. Então, que não se aumentasse ou garantir que não se aumentasse essa ocupação. De qualquer forma, a ocupação que está ali e todo o ato foi feito dessa forma, que, provavelmente, as pessoas têm direito consagrado, o município perdeu esse direito. Eu entendo que essa resolução garante ao menos essa faixa e quanto a essas outras partes, teria que ser outro processo específico. Agora, em relação à questão de serviços, a gente tem as DMs, onde a gente tem identificado nos lotes, servidores administrativos, enfim, restrições. Elas aparecem nos lotes, independente de ser em áreas públicas ou não, elas podem passar por áreas privadas também. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Me parece uma maneira simples de resolver é o Calvete manter o pedido de vista. E aí, nós vamos ter tempo, alguns colegas aqui que podem inclusive trazer na próxima essas informações que estão cadastradas da proximidade. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Isso seria quase diligências no pedido de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vista, pedido de vista. Não seria diligência. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Vista ao Calvete, que vai examinar, a diligência seria feita pela... Sim, mas eu estou tentando transformar a vista do Calvete em diligências. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** E vai ser na prática. Na prática, com certeza a Patrícia vai entrar no sistema, vai ver ali. Eu posso entrar, qualquer um de nós pode entrar que conhece o sistema de DM e vai trazer essas informações: Olha, aqui tem uma rede pluvial, aqui tem uma rede cloacal. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Qual é a RGP do local? **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Quatro. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Ambiental – ABES/RS: Está participando da reunião? Ela poderia pedir, a pessoa poderia pedir vista, diligências. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu posso pedir diligências. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não posso pedir diligências, né? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A diligência é por escrito. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu bem que gostaria de ter essa prerrogativa. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Existe uma questão formal, que as diligências eu teria que ter pedido no meu relato. E a vista pode ser pedida agora durante a reunião. E eu acho que o conselheiro tem razão, que a melhor maneira de se fazer é utilizar a tua vista para fazer esse esclarecimento. Eu acho que nós ficamos dentro do regimento e consegue esclarecer. **Marcos Henrique Hahn Calvete (1º suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** De acordo. Tenho acordo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, está bom. Calvete pediu vista. Eu acho que eu não vou passar a presidência para o Zago. Nós vamos terminar a reunião, porque já são 20 horas. [Risos]. Não, eu te passo, eu te passo, eu devolvo a palavra ao vice-Presidente Zago. Boa noite, obrigado! **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Na última vez, quando chegou em 20 horas ele pediu uma questão de ordem e encerrou. Ele está fazendo isso só para pedir a questão de ordem e dizer para encerrar. [Risos]. Mas então, só me resta agradecer a presença de todos e desejar uma boa noite e até a próxima quarta-feira. Um abraço a todos, bom descanso. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Boa noite, conselheiros. Até a próxima.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.